

Revisão de literatura

O enfermeiro e a educação em saúde na assistência aos transtornos mentais comuns

The nurse and health education in assisting common mental disorders

Caroline Monteiro de Sousa¹ & Gabriela Carrion Degrande Moreira²

¹Enfermeira, Fundação Educacional de Ituverava - Faculdade Dr. Francisco Maeda, Ituverava-SP, carolmonteirosousa@hotmail.com.

²Enfermeira, Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Docente do curso de Enfermagem da Fundação Educacional de Ituverava - Faculdade Dr. Francisco Maeda, Ituverava-SP, gabicdm@yahoo.com.br.

Resumo-Por muito tempo, pessoas com transtornos mentais foram internadas em hospitais psiquiátricos. A partir das novas definições e protocolos de atendimento estas pessoas passaram a receber um atendimento diferenciado que prevê acompanhamento de equipe multidisciplinar, tendo a enfermagem em sua composição. Assim, o enfermeiro passa a desempenhar o papel de educador no processo, acompanhando a pessoa com transtornos mentais e sua família. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo compreender a história da saúde mental e a atuação da enfermagem na educação em saúde à pessoa com transtornos mentais comuns. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases Scielo e Lilacs e os 13 artigos selecionados compõem a amostra. Durante a pesquisa foi possível entender que é importante que o enfermeiro atue também como educador em saúde em relação à assistência à pessoa com transtornos mentais comuns. Através dos conhecimentos oferecidos pelo enfermeiro, a pessoa com transtornos mentais comuns deixa de ser um indivíduo a ser institucionalizado e passa a ser aceito na sociedade como um cidadão com direitos e deveres o que é positivo para sua recuperação.

Palavras-chave: Enfermagem. Doença mental. Desinstitucionalização.

Abstract-For a long time, patients with mental disorders were hospitalized in psychiatric hospitals, however, with the new knowledge of psychiatry and medicine in general, in the 1970s began psychiatric reform in the country. From the new definitions and protocols of care, the patients in psychic suffering began to receive a differentiated care that includes a multidisciplinary team, including nursing. Thus, the nurse starts to play the role of educator in the process, accompanying the patient and the family. In this context, the present research aims to understand the history of mental health as well as the role of nursing in health education for the care of the patient with common mental disorders. A bibliographic research was carried out through the selection and analysis of materials published in periodicals and internet articles to know the implications of nursing care as educator in the cases of patients with common mental disorders. We selected articles on academic websites, whose analysis supported the writing of this text. During the research it was possible to understand that it is important that the nurse also acts as a health educator in relation to assistance to patients with common mental disorders. Through the knowledge offered by the nurse, the patient with common mental disorders is no longer an individual to be institutionalized and is accepted in society as a citizen with rights and duties which is positive for their recovery.

Key words: Nursing. Mental disease. Deinstitutionalization.

1 Introdução

A saúde mental teve diferentes percepções na história da humanidade e é vista de maneiras diferentes em cada cultura, inclusive nos dias atuais. Os termos depreciativos como “louco” e “desequilibrado” ainda são presentes e utilizados para caracterizar um sujeito que está em sofrimento psíquico ou com transtorno mental conhecido. Inclusive, a sociedade de uma maneira geral, procura isolar esses indivíduos acreditando que oferecem perigo, mesmo em casos menos graves (LUCCHESI et al, 2014).

O isolamento através de internações em hospitais psiquiátricos foi considerado a solução dos problemas na

maioria dos casos, mas a partir da reforma psiquiátrica na década de 1970 surgiram diferentes formas de tratamento para o sujeito em sofrimento psíquico, e começaram a serem discutidas novas práticas para promover a recuperação da saúde mental (PEDROTTI, 2015).

Mas é preciso considerar que a internação é uma forma de isolamento que não condiz com o propósito da saúde de curar. O tratamento e a assistência são mais adequados quando se trata de intervenções para a recuperação da saúde (PEDROTTI, 2015).

Para Leon (2015) o trabalho interdisciplinar com atendimento em rede pública de saúde surge como uma alternativa que pode ser positiva na maioria dos casos de

Aceito para publicação em: 01 de junho de 2023 e publicado em 16 de agosto de 2023.



sofrimento psíquico que se caracterizam pelos transtornos mentais mais comuns. A equipe interdisciplinar utiliza as potencialidades de cada campo de saberes para avaliar os casos e oferecer a cada a assistência adequada para a recuperação da saúde, assim, a hospitalização passa a ser uma opção remota e reservada a casos mais complexos.

A hospitalização dos sujeitos em sofrimento psíquico fez com que eles perdessem suas referências de vida, sendo excluídos do convívio familiar (do trabalho e da cidade) perdendo seus direitos como cidadão. [...] Assim, percebe-se que o tratamento acontece fora do hospital, este ficando reservado apenas para eventuais acontecimentos em que o sujeito necessita ser contido e permanecer em observação, ou seja, no momento de crise do sujeito (PEDROTTI, 2015, p. 35).

Nessa nova abordagem da saúde mental, o enfermeiro é um dos profissionais capacitados para trabalhar com o paciente, orientando e acompanhando inclusive a família e atendendo a comunidade para que o cidadão em questão não seja privado de seus direitos (PEDROTTI, 2015).

A participação do enfermeiro não se limita ao atendimento à pessoa, mas alcança inclusive a educação em saúde, criando vínculos entre esse e a comunidade para desmistificar as questões que envolvem a saúde mental.

[...] a preparação do doente mental para sua reinserção social e sua manutenção na comunidade, a orientação da família dos pacientes, a preparação e orientação profissional do doente mental, a realização de pesquisas e avaliação de programas, a participação na formação dos demais trabalhadores de saúde mental e a produção de informação à sociedade sobre aspectos relacionados à saúde mental (PEDROTTI, 2015, p. 36).

A educação em saúde oferecida pela equipe de enfermagem pode significar a melhoria na qualidade de vida da pessoa com transtorno mental, bem como a possibilidade de cura e/ou controle dos sinais e sintomas dos diferentes tipos de transtornos mentais (NUNES; JUCÁ; VALENTIM, 2017).

Nesse contexto a pesquisa tem como objetivo compreender a história da saúde mental e a atuação da enfermagem na educação em saúde para a assistência à pessoa com transtornos mentais comuns, bem como entender os benefícios e os objetivos da reforma psiquiátrica no Brasil e analisar as possibilidades de intervenções educativas realizadas pelo enfermeiro durante a assistência às pessoas com transtornos mentais comuns.

2 Materiais e métodos

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica explicativa, no primeiro semestre do ano de 2019, através da seleção e análise de materiais publicados em artigos para conhecer as implicações do atendimento do enfermeiro como educador. Foram utilizados artigos

publicados nas bases de dados Scielo e Lilacs, em idioma (português e/ou inglês) e entre 2015 e 2018.

A pesquisa bibliográfica tem como objetivo levantar materiais já elaborados sobre o tema e analisar as informações obtidas para conhecer as contribuições científicas sobre determinado assunto. A pesquisa bibliográfica explicativa busca explicar os motivos e os processos do tema, conforme se pode observar pelo objetivo da pesquisa de compreender a história da saúde mental e a atuação da enfermagem na educação em saúde para a assistência à pessoa com transtornos mentais comuns (GIL, 2008).

O material bibliográfico selecionado foi analisado para compreender o tema e organizado subsidiando a elaboração do texto acadêmico sobre o assunto, qualificando a pesquisa como bibliográfica explicativa.

3 Resultados e discussão

Foram encontrados 122 artigos relacionados ao tema utilizando os descritores: Saúde mental, Enfermagem e Educação em saúde. Entre os artigos encontrados, foram selecionados 17 artigos que atingiam os objetivos propostos pela pesquisa.

Os artigos selecionados foram publicados nas bases de dados SCIELO, com 6 (seis) publicações e LILACS, com 14 (quatorze) publicações. Foram definidos que da base de dados LILACS seriam utilizados 09 (nove) artigos por atingirem os objetivos propostos e da SCIELO foram selecionados 6 (seis) publicações, no entanto 2 (duas) foram descartadas por se tratar de revisão bibliográficas.

Os transtornos mentais são formas de adoecimento comuns à população, desde a antiguidade existem relatos dessas doenças, mas a forma de tratamento nem sempre foi semelhante. As pessoas com transtornos mentais até um período recente da história da sociedade eram internados em instituições que não ofereciam formas eficientes de tratamento e em muitos casos eram apenas formas de afastá-los da convivência com a sociedade e com a família (MARAGNO et al, 2016).

A reforma psiquiátrica trouxe novas formas de tratamento para os transtornos mentais comuns, oferecendo a possibilidade de acompanhamento desses pacientes em programas de atenção à saúde, em postos e outras instituições por equipes multidisciplinares (NUNES; JUCÁ; VALENTIM, 2017).

Um dos profissionais dessas equipes de acompanhamento é o enfermeiro que tem um contato mais próximo com o paciente com transtornos mentais comuns e seus familiares e ter condições de oferecer uma assistência mais individualizada, inclusive oferecendo informações sobre a doença e o tratamento (WENCESLAU; ORTEGA, 2019).

O acompanhamento do enfermeiro às pessoas com transtornos mentais comuns coloca esse profissional frente à possibilidade de atuar como educador em saúde, pois exige ações que promovam mudança de comportamento da sociedade, da família e, até mesmo do próprio do paciente (MENDES et al, 2018).

Os artigos analisados de ambas as bases de dados selecionadas levam ao questionamento sobre a importância

das interações sociais e familiares dos pacientes com transtornos mentais comuns para sua recuperação.

O acesso aos serviços de saúde e o acompanhamento dos profissionais de saúde, principalmente, do enfermeiro de uma forma mais próxima é essencial para a recuperação do paciente com transtornos mentais comuns (GURGEL et al, 2017).

As pessoas com transtornos mentais comuns têm mais chances de recuperação se participar de interações sociais e também se mantiverem em suas famílias. As interpelações sociais são fatores muito positivos para a recuperação da saúde mental (ATHNEZHAD-KAZEMI, HAJIAN, 2019).

Quando a pessoa com transtornos mentais comuns consegue se manter ativo, se possível exercendo suas atividades profissionais, consegue se organizar no sentido de buscar sua recuperação, para isso é essencial que tenha no enfermeiro uma fonte de apoio e informação (BATISTA et al, 2018).

No entanto também se constatou pelas pesquisas efetivadas que o enfermeiro que atua com pacientes com transtornos mentais comuns deve estar capacitado para isso. É importante que tenham conhecimentos específicos na área (SANTOS et al, 2019).

Os conhecimentos do enfermeiro oferecem condições para que esse profissional compreenda as queixas de pacientes que não se justificam por sintomas físicos, mas por sofrimento mental que interfere na qualidade de vida do paciente. O enfermeiro, devido à proximidade como o paciente durante as consultas de enfermagem pode perceber que este apresenta transtornos mentais comuns e direcionar o tratamento para sua recuperação. Isso pode ser compreendido ao se analisar e conhecer a evolução do papel da enfermagem através na história em paralelo com seu papel atual (BRASIL, 2015).

3.1 Definição de saúde mental: contexto histórico e atual

As pessoas vivenciam em seu cotidiano muitas interações e emoções como série de emoções como alegria, amor, satisfação, tristeza, raiva e frustração e devem se sentir capazes de lidar de forma adequada com todas essas mudanças ou buscar ajuda em situações de conflitos, perturbações, traumas ou transições com as quais não conseguem lidar de forma equilibrada. A saúde mental está relacionada com a forma como o indivíduo consegue trabalhar seu estado emocional nas diversas situações cotidianas (DUTRA et al, 2017).

A doença mental se caracteriza por anormalidade ou comprometimento de ordem psicológica, mental ou cognitiva, sendo que as causas podem variar: como genética, problemas bioquímicos, como hormônios ou substâncias tóxicas, e até mesmo o estilo de vida (PEDROTTI, 2015).

A história do tratamento dos doentes mentais está diretamente ligada às culturas e tradições de cada sociedade. A visão sobre essas pessoas pode ser contraditória e muitas vezes excludente. No entanto, os registros da Idade Média mostram que os pacientes de doenças mentais eram marginalizados e as famílias tinham como objetivo segregá-los em hospitais psiquiátricos e afastá-los do convívio social (GOFFMAN, 2007).

Mas, os hospitais psiquiátricos foram criados na Idade Média como instituição de caridade, que tinha o objetivo de oferecer abrigo, alimentação e assistência religiosa aos marginalizados, e não ofereciam tratamento médico para que essas pessoas pudessem se recuperar. Mas, em contraposição aos tratamentos desumanos aplicados aos doentes mentais como: sangrias, vômitos induzidos, purgações e ventosas, surgiram em 1793, as ideias de Phillippe Pinel que desacorrentou aqueles indivíduos e passou a experimentar um novo tipo de tratamento no qual os doentes mentais eram contidos apenas com camisas de força nos momentos de surto (VILLELA; SCATENA, 2014).

O tratamento mais humanizado a esses pacientes, no entanto, não significou o fim do tratamento asilar e do isolamento, somente após as duas grandes Guerras Mundiais é que as práticas de internação começaram a ser questionadas e surgiram as primeiras ideias sobre a reforma psiquiátrica (AMORIM; SEVERO, 2019).

A reforma psiquiátrica surgiu como uma forma de mudar as práticas em relação às pessoas com transtornos mentais, tendo a desinstitucionalização como um dos objetivos principais. O paciente psiquiátrico passa a ser visto, não mais como um indivíduo sem direito ao convívio familiar e social, mas como um cidadão com direito à assistência em saúde, e à inserção em grupos sociais e comunitários (BRASIL, 2015).

A reforma traz uma nova visão sobre o tratamento do paciente com transtornos mentais, o direito de convivência social e familiar exige um novo tipo de assistência que inclui a assistência em saúde de equipes de profissionais, principalmente a enfermagem que tem um papel importante na luta desses pacientes por uma assistência mais humanizada (AMORIM; SEVERO, 2019).

Com o advento da Reforma Psiquiátrica no final dos anos 70, iniciado com o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM), e que contavam com a participação de profissionais da enfermagem que atuavam nos hospitais psiquiátricos, começou a discussão na sociedade sobre a mudança do tratamento e assistência em saúde mental, questionando o modelo asilar vigente e bastante fomentado e financiado pelo governo e instituições privadas na época (SILVA et al, 2018, p.138).

A reforma psiquiátrica exige cuidados e assistência necessários para a reabilitação psicossocial desses indivíduos através de diversas estratégias desenvolvidas pelos profissionais de saúde como terapeutas, psicólogos, médicos e enfermeiros (AMORIM; SEVERO, 2019).

3.2 Os objetivos da reforma psiquiátrica no Brasil e a mudança dos modelos de assistência do enfermeiro

O marco da reforma psiquiátrica no Brasil teve início nos anos 70, e tem como modelo a tendência internacional de mudança dos modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, defesa da saúde coletiva, equidade na oferta dos serviços aos pacientes com problemas

mentais. A reforma psiquiátrica envolve muitos segmentos da sociedade e, é um processo complexo (AMORIM; SEVERO, 2019).

A Reforma Psiquiátrica é processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios diversos, nos governos federal, estadual e municipal, nas universidades, no mercado dos serviços de saúde, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais, e nos territórios do imaginário social e da opinião pública. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo da Reforma Psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios (BRASIL, 2015, p. 6).

A desinstitucionalização do paciente psiquiátrico envolve toda sociedade, os familiares, o sistema de atendimento em saúde, mas também exige mudanças nos paradigmas e nos valores sociais em relação a esses indivíduos. Mudanças na forma de atendimento a esses pacientes geram incertezas, conflitos e desafios a serem superados. Um desses desafios é a organização do sistema de atenção primário à saúde para o atendimento e acompanhamento do paciente e dos familiares (AMORIM; SEVERO, 2019).

As ações dos governos federal, estadual, municipal e dos movimentos sociais, para efetivar a construção da transição de um modelo de assistência centrado no hospital psiquiátrico, para um modelo de atenção comunitário exigem recursos humanos e também a organização de uma rede de atendimento a esses pacientes (BRASIL, 2015).

As políticas de Saúde, já nos anos 90, passaram a incentivar a redução dos leitos de internação em hospitais psiquiátricos, isso levou o processo de desinstitucionalização a avançar e a reintegração das pessoas com transtornos mentais nas suas famílias e na sociedade a avançar (MENDES et al, 2018).

A política de desinstitucionalização teve um forte impulso com a implantação do Programa Nacional de Avaliação dos Serviços Hospitalares – PNASH/Psiquiatria. O PNASH vem conseguindo nos últimos três anos vistoriar a totalidade dos hospitais psiquiátricos do país, leitos de unidades psiquiátricas em hospital geral, permitindo que um grande número de leitos inadequados às exigências mínimas de qualidade assistencial e respeito aos direitos humanos sejam retirados do sistema, sem acarretar desassistência para a população (BRASIL, 2015, p. 12).

A iniciativa de avaliar o atendimento em

instituições de internação de doentes mentais, desabilitando os leitos inadequados e deficitários, tem incentivado a reintegração desses indivíduos às suas famílias. O SUS, por outro lado tem oferecido respaldo aos doentes mentais mais graves através de atendimento especializado com modelos mais humanizados como Serviços Residenciais Terapêuticos, residências terapêuticas ou simplesmente moradias (AMORIM; SEVERO, 2019).

A reforma psiquiátrica criou mecanismos de diagnóstico e tratamento mais amplos, com equipes multidisciplinares, assim se evita as internações em casos de transtornos mentais comuns e, os casos de institucionalização acontecem apenas por períodos nos quais o paciente se encontra em surto e precisa de assistência hospitalar (BRASIL, 2015).

Após o atendimento emergencial em Unidades de Saúde ou em hospitais, os pacientes com transtornos mentais são encaminhados para os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (LUCHESE et al, 2014).

O trabalho do enfermeiro no atendimento ao paciente com transtornos mentais comuns faz parte do atendimento de enfermagem no contexto atual. Essa assistência favorece a recuperação desses pacientes, pois, quando estão institucionalizados perdem o contato com a sociedade e com seus familiares, o que se torna mais um fator estressante e pode agravar o estado mental (MENDES et al, 2018).

É preciso que o enfermeiro se qualifique para entender o que são transtornos mentais comuns, como eles se instalam e como devem ser tratados para que o paciente se recuperar. Ouvir atentamente o paciente, conhecer sua história de vida, estabelecer um vínculo também com a família para compreender melhor a relações familiares também é importante (CORRÊA, 2017).

Os transtornos mentais comuns trazem sofrimento para a sociedade, as famílias e para os pacientes e se devem a uma combinação de fatores psicológicos, sociais e biológicos que devem ser avaliados pelo enfermeiro através de seus conhecimentos técnicos e de suas vivências com os pacientes (VIDEBECK, 2012).

Os transtornos mentais comuns têm uma incidência elevada entre a população mundial, por isso é importante que o sistema de saúde pública ofereça qualificação aos profissionais que atuam na área para atender esses pacientes de forma eficiente (MENDES et al, 2018).

3.3 Transtornos mentais comuns

Existe um tabu em relação a transtornos e/ou doenças mentais pela sociedade e pelas famílias de maneira geral. Uma pessoa que, mesmo por uma questão de adoecimento passa a demonstrar comportamentos incompatíveis com os padrões sociais, leva seus familiares a pensar em formas de isolá-lo.

Os transtornos mentais acometem pelo menos 20% da população mundial em algum momento da vida. Mas os transtornos mentais, muitas vezes se apresentam com sintomas que podem passar despercebidos como: insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas, que designam situações de sofrimento mental, muitas vezes não

abrangidas pelos critérios diagnósticos das classificações internacionais (VILLELA; SCATENA, 2014).

São quadros de quadros de estresse, a ansiedade e a depressão que também se caracterizam como transtornos mentais e podem ser atendidos na rede de atenção primária à saúde, por não se qualificarem nas formas mais graves de transtornos mentais (MENDES et al, 2018).

Os transtornos mais comuns são a depressão e os transtornos de ansiedade, mas é preciso que se diferencie um episódio de tristeza de uma depressão. Nos casos de depressão, o indivíduo vivencia um grau de sofrimento muito grande e se torna improdutivo e apático, geralmente perde a capacidade e a vontade de interagir com a família e com a sociedade (PEDROTTI, 2015).

A esquizofrenia e o abuso de substâncias como o álcool e drogas também são transtornos mentais, pois provocam comportamentos desorganizados que podem incluir a violência contra si e contra outros indivíduos. A organização de um sistema de saúde que possa acompanhar pacientes com transtornos mentais comuns de forma eficiente pode reduzir os prejuízos sociais e financeiros dos pacientes e do serviço público (LEMOS et al, 2007).

Os transtornos mentais comuns podem ser acompanhados e tratados de uma forma mais eficiente quando o paciente tem condições de continuar a conviver com sua família, com seu trabalho e atuar ativamente na sociedade, é preciso que consigam conviver com os fatores que desencadeiam as crises (LUCCHESI e al, 2014).

Os transtornos mentais comuns são difíceis de identificar e separa de problemas do cotidiano, por isso é preciso considerar a gravidade dos sintomas, a duração e a forma como afeta a capacidade do indivíduo de conviver em sociedade de forma produtiva (OLIVEIRA; ALESSI, 2013).

Quando o paciente não consegue reagir de forma positiva aos problemas do cotidiano e/ou provoca reações incompatíveis com os comportamentos aceitáveis, é preciso que se busque ajuda de profissionais de saúde (OLIVEIRA; ALESSI, 2013).

Silva et al (2018) afirma que muitos fatores podem desencadear os transtornos mentais comuns, por isso essas doenças são consideradas multifatoriais, ou seja, podem ser interpessoais, individuais e/ou socioculturais.

Os fatores interpessoais podem incluir: comunicação ineficaz, excessiva dependência ou afastamento dos relacionamentos, falta de senso de pertencimento, apoio social inadequado e perda do controle emocional. Os fatores individuais podem incluir hereditariedade, medos irrealistas, incapacidade de distinguir realidade de fantasias, intolerância aos problemas do cotidiano e insegurança. Finalizando, os fatores socioculturais incluem condições econômicas desfavoráveis, violência, visão negativa do mundo, bullying e outros (VIDEBECK, 2012).

Por isso é importante que equipe de enfermagem ofereçam oportunidade para que a pessoa se expresse e compreenda seus problemas. Conhecer a história de vida da pessoa com transtornos mentais comuns é essencial para o tratamento.

3.4 Atuação do enfermeiro com pessoas com transtornos mentais comuns

A doença mental, ao longo da história de muitas culturas, foi incompreendida, muitos pessoas com transtornos mentais foram submetidos a tortura, isolamento e até à morte, pois seus familiares e a sociedade ignoravam como trata-los e manter a doença sob controle, mas atualmente, com a reforma psiquiátrica, o posicionamento e o conhecimento sobre essas doenças mudaram (LEMOS et al, 2007).

Os pacientes têm à sua disposição tratamentos que incluem terapias, orientações e medicamentos, além disso, seus familiares também podem ser assistidos, orientados e acompanhados, por profissionais de saúde, principalmente a enfermagem que tem uma proximidade maior com a família e com os pacientes (BRASIL, 2015).

Os pacientes com transtornos mentais comuns podem receber tratamento nos sistemas de saúde (postos de saúde), CAPS ou em instituições hospitalares.

Os Centros de Atenção Psicossocial são estruturas terapêuticas intermediárias entre a hospitalização integral e a vida comunitária, onde tal estrutura tem a responsabilidade de cuidar de pessoas com problemas psiquiátricos graves e/ou egressos de internações psiquiátricas. Portanto em consonância com a Reforma Psiquiátrica, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), regulamentados a partir da Portaria nº336/GM de 19 de fevereiro de 2002, são estratégias de serviços comunitários que atuam como dispositivos de organização da atenção em saúde mental com ênfase para a Reabilitação Psicossocial (BRASIL, 2005, p. 23).

Através do enfermeiro, o paciente e os familiares podem receber orientações sobre a doença, os tratamentos e a melhor forma de proceder durante os surtos e os períodos críticos que podem se apresentar (AMORIM; SEVERO, 2019).

O direito a informações e orientações não se efetivam durante internações prolongadas, por isso, a assistência em saúde mental ambulatorial é mais humanizada. A assistência sob a forma de educação em saúde, promovida pelo enfermeiro auxilia na recuperação e no controle da doença mental (LEMOS et al, 2007).

O direito à informação sobre a sua doença representa um dos pontos críticos da relação instituição/profissional de saúde e família/ usuário, tendo em vista a falta de diálogo imposta pelo sistema asilar. Aos profissionais de saúde cabia o “tratar/cuidar”; à família cabia o aceitar/calar e confiar. [...] em particular, a família é levada a refletir sobre o seu papel no processo de reintegração deste indivíduo, embora existam famílias que continuem achando a internação uma solução. Nestes casos, para elaborar um plano terapêutico familiar, é pertinente estudar a cultura desta família, a maneira pela qual ela se organiza

e expressa o sofrimento físico e psicológico para si e para o mundo exterior (BRASIL, 2015, p. 25).

As orientações e o acompanhamento do paciente e dos familiares do paciente com transtornos mentais podem favorecer a recuperação e o controle da doença, assim como facilitar o reconhecimento dos sintomas e as relações com os profissionais de saúde, fatores positivos no tratamento (OLIVEIRA; ALESSI, 2013).

Mas a educação em saúde promovida pelo enfermeiro pode se estender também para a comunidade. A orientação do enfermeiro pode levar a um novo olhar sobre a doença mental, o que favorece o fortalecimento das interações sociais com os pacientes, diminuindo a exclusão (AGNOL et al, 2019).

O enfermeiro educador se apresenta como um novo modelo de assistência e saúde preventiva, isso pode melhorar e humanizar o atendimento e a assistência às pessoas com transtornos mentais.

4 Conclusões

As doenças mentais desde sempre estão presentes na sociedade humana, no entanto, pode-se perceber que a história mostra que esses transtornos, em muitas culturas eram vistos como fatores que incapacitavam os indivíduos de conviverem em sociedade, portanto eram colocados em asilos e instituições que tinham como objetivo manter os pacientes isolados e segregados.

O atendimento em saúde pública por equipes multidisciplinares é a maneira mais recomendada para o tratamento de transtornos mentais, sendo o enfermeiro um dos profissionais mais próximos das pessoas e deve atuar como educador em saúde, orientando e acompanhando o paciente e sua família.

Durante a pesquisa foi possível compreender que as pessoas com transtornos mentais comuns procuram o atendimento em saúde na rede pública e/ou particular, esses transtornos não são considerados como problemas passíveis de institucionalização. A sociedade, os familiares e os pacientes têm conhecimento para buscar os tratamentos mais adequados sem recorrer as internações que devem ser reservadas para os períodos de crise.

O enfermeiro deve atuar no atendimento aos pacientes e suas famílias com transtornos mentais comuns informando sobre a doença, a forma de tratamento, como identificar sintomas e também orientando como as interações sociais podem favorecer a evolução positiva do quadro.

A enfermagem tem como objetivo cuidar do ser humano de forma integral, tanto em relação aos sintomas que apresenta durante o adoecimento, como também em suas interações sociais e familiares, para isso deve promover ações de proteção, prevenção, reabilitação e recuperação da saúde.

A atuação do enfermeiro envolve não apenas a recuperação do paciente com transtornos mentais comuns, mas também acompanhar esse paciente para que se mantenha saudável. O trabalho do enfermeiro educador, em relação ao paciente com transtornos mentais comuns, não está focado apenas na recuperação da saúde, mas também na manutenção da saúde.

A educação em saúde acontece durante as consultas e contatos do enfermeiro com o paciente e seus familiares, nos postos de atendimentos e, quando necessário em visitas e acompanhamentos em diversos contextos. Em relação à sociedade de maneira geral, cabe ao enfermeiro educar, orientar, mobilizar indivíduos e/ou grupos para sensibiliza-los quanto aos transtornos mentais comuns e as formas de trata-los e promover a recuperação dos pacientes.

O enfermeiro, como educador em saúde, compartilha informações para indivíduos e para a sociedade para mudar e transformar a realidade. Em relação aos transtornos mentais, essa conscientização pode favorecer a recuperação dos pacientes à medida que possibilita melhores interações sociais e diminui o preconceito.

Referências

AGNOL, ECD; MEAZZA, SG; GUIMARÃES, AN; VENDRUSCOLO, C; TESTONI, AK. Cuidado de enfermagem às pessoas com transtorno de personalidade borderline na perspectiva freireana. **Rev. gaúch. enferm;** 40: e20180084, 2019.

ALMEIDA, PA; MAZZADA, MC. Consulta de Enfermagem em Saúde Mental: vivência de enfermeiros da rede. *Rev. Bras. Enferm.*, v.71, supl.5, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672018001102154&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 01 jun 2023.

AMAZARRAY, MRO; FARIAS, G; FEIJÓ, F. Contexto de Trabalho e Transtornos Mentais Comuns em Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul, Brasil. *Rev. psicol. organ. Trab.*, v.19, n.3, p. 687-694, jul.-set. 2019.

AMORIM, AKMA; SEVERO, AKS. Saúde mental, cultura e arte: discutindo a reinserção social de usuários da rede de atenção psicossocial. *Gerai, Rev. Interinst. Psicol.*, v. 12, n. 2, p. 282-299, dez. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 01 jun 2023. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2019120207>.

ATHNEZHAD-KAZEMI, A; HAJIAN, S. Factors influencing the adoption of health promoting behaviors in overweight pregnant women: a qualitative study. *BMC Pregnancy Childbirth;* v.19, n.1, p. 43, 2019 Jan 28.

BANDEIRA, M; FREITAS, LC; CARVALHO FILHO, JGT. Avaliação da ocorrência de transtornos mentais comuns em usuários do Programa de Saúde da Família. *J. bras. psiquiatr.*, v. 56, n. 1, p. 41-47, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852007000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jun 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0047-20852007000100010>.

BATISTA, E. H.L.; GUEDES, HCS; SILVA JÚNIOR, JNB; JANUÁRIO, DC; PORDEUS, ACSL; PEREIRA, VCLS. Dificuldades de enfermeiros na atenção básica frente ao adoecimento mental. Rev. Enferm. UFPE online; v.12, n.11, p. 2961-2968, nov. 2018.

BRASIL. A reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental. Brasília: MS, 2005. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 05 jun 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 548 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_mental_volume_5.pdf. Acesso em 02 jun 2023

CORRÊA, SAS. A Importância do Enfermeiro para Pacientes Mentais no Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS). Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2017. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/enfermeiro-pacientesmentais?pdf=6480> Acesso em: 30 maio 2023.

DUTRA, VFD; BOSSATO, HR; OLIVEIRA, RMP. Mediar a autonomia: um cuidado essencial em saúde mental. Esc. Anna Nery, v. 21, n. 3, e20160284, 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000300205&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 jun 2023. Epub 01-Jun-2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2016-0284>.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 109-144.

GURGEL, ALLG; JORGE, MSB; CAMINHA, ECCR; MAIA NETO, JP; VASCONCELOS, MGF. Cuidado em saúde mental na estratégia saúde da família: a experiência do apoio matricial. 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view>. Acesso em: 22 abr 2023.

LEMOS, SS. LEMOS, M. SOUZA, MGG. O preparo do enfermeiro da atenção básica para a saúde mental. Arq. ciênc. saúde;14(4):198-202, out.-dez. 2007. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=514617&indexSearch=ID>. Acesso: 16 de abril de 2019.

LEON, S. Saúde mental: direitos e desafios. Entre linhas CRPRS, v. XV, n. 69, p. 6-10, jan./fev./mar./abr. 2015.

LUCCHESI, R; SOUSA, K; BONFIN, SP; VERA, I; SANTANA, FR. Prevalência de transtorno mental comum na atenção primária. Acta Paul Enferm. v.27, n.3, p.200-207, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/hPYgLCWbcyrsWt5jhgXT5z/abstract/?lang=pt> Acesso em: 29 maio 2023.

MARAGNO; L. M. G; GIANINI, R.; NOVAES, H M D; GALVÃO, Chester Luiz. Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (QUALIS) no Município de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública, v.22, n.8, Aug. 2016.

MENDES, A C; MARQUES, M I; MONTEIRO, A. P; BARROSO, T; QUARESMA, M. H. Educação em enfermagem de saúde mental e psiquiatria no curso de licenciatura em enfermagem. SMAD, Rev. eletrônica saúde mental alcooldrug; v.14, n.2, p. 73-83, jan.-mar. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-69762018000200003 Acesso em: 01 jun 2023

NUNES, M.; JUCÁ, V. J; VALENTIM, C. P. B. Ações de saúde mental no Programa Saúde da Família: confluências e dissonâncias das práticas com os princípios das reformas psiquiátrica e sanitária. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.23, n.10, p.2375-2384, out, 2017

OLIVEIRA, ABO. ALESSI, NP. O trabalho de enfermagem em saúde mental: contradições e potencialidades atuais. Rev. Latino-Am. Enfermagem, v. 11, n. 3, p. 333-340, June 2003. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692003000300011&lng=en&nrm=iso. access em 19 maio 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-11692003000300011>.

PEDROTTI, L. T. K. Um olhar para a saúde mental a partir da visão da psicologia no Sistema Único de Saúde – SUS. 2015. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3304/TCC%20FINAL.pdf?sequence=1>. Acesso: 16 de abril de 2023.

SANTOS, T. S.; LIMA, FERREIRA, A. C. Desafios da interdisciplinaridade no PET-redes de atenção psicossocial e atuação da enfermagem Rev. enferm. UFPE online; v.12, n.5, p. 1493-1499, maio 2018.

SILVA, P. F.; NÓBREGA, M. P. S. S.; OLIVEIRA, E. Conhecimento da equipe de enfermagem e agentes comunitários sobre o comportamento suicida. Rev. enferm. UFPE online; v.12, n.1, p. 112-117, jan. 2018.

VIDEBECK, S. L. Enfermagem em saúde mental e psiquiatria. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

VILLELA, SC; SCATENA, MCM. A enfermagem e o cuidar na área de saúde mental. Rev. bras.

Revista Brasileira de Educação e Saúde-REBES
Grupo Verde de Agroecologia e Abelhas-GVAA

enferm., Brasília , v. 57, n. 6, p. 738-741, Dec. 2004
. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000600022&lng=en&nrm=iso Acesso em: 19 abr 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000600022>.

WENCESLAU, LD; ORTEGA, F. Saúde mental na atenção primária e Saúde Mental Global: perspectivas

internacionais e cenário brasileiro. Interface (Botucatu), v. 19, n. 55, p. 1121-1132, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832015000401121&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 maio 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622014.1152>.